

## Inflação elevada tira espaço fiscal para mais gastos em 2022

Com INPC podendo fechar 2021 em 8%, folga no teto será de R\$ 15,8 bilhões, estima LCA

Por Sergio Lamucci e Lu Aiko Otta — De São Paulo e de Brasília  
11/08/2021 05h01 Atualizado há 3 horas



Bráulio Borges, economista-sênior da LCA Consultores: há alguns meses, folga projetada era de R\$ 50 bilhões — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O espaço para aumentar gastos em 2022 tem encolhido significativamente, com a perspectiva de alta mais forte da inflação neste ano. Referência para o reajuste de despesas como aposentadorias e pensões da Previdência, abono salarial e seguro-desemprego, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pode

fechar 2021 na casa de 8%, como aponta a estimativa da LCA Consultores. Nesse quadro, o INPC caminha para encerrar o ano próximo da variação acumulada em 12 meses até junho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 8,35%, o percentual que vai corrigir o teto de gastos do ano que vem. Nas contas do economista-sênior da LCA, Bráulio Borges, o espaço fiscal adicional no teto em 2022 está em apenas R\$ 15,8 bilhões, considerando a pequena diferença entre os dois índices. “Há alguns meses, quando se imaginava um INPC fechando o ano em torno de 5% e um IPCA nos 12 meses até junho de 2021 perto de 8%, essa folga chegava a cerca de R\$ 50 bilhões”, afirma Borges, também pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Segundo ele, cerca de 78% das despesas não financeiras da União crescem em linha com o INPC, que baliza o reajuste do salário mínimo. É o caso de gastos com aposentadorias e pensões do INSS, pessoal ativo e inativo, benefícios assistenciais para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência, abono salarial e seguro-desemprego.

Nesse cenário, a equipe econômica vê como má notícia a alta do INPC, que atingiu 9,85% nos 12 meses acumulados até julho. O INPC nos atuais níveis indica que “o reajuste das despesas obrigatórias para 2022 será mais elevado, reduzindo espaço fiscal no teto”, diz o analista do Senado Leonardo Ribeiro. “Obviamente, é uma nova fonte de pressão sobre o teto”, reforça o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco. O espaço para aumentar o valor e o público atendido pelo Bolsa Família e para reajustar os salários do funcionalismo em 2022 fica menor. A folga está “cada vez mais ameaçada”, afirma Tinoco.

O governo contava com uma variação para o INPC de 6,2% de janeiro a dezembro deste ano. No entanto, o índice acumulado até julho já atingiu 5,1%, o que mostra que a estimativa deverá ser superada.

Cada ponto percentual a mais na inflação representa perto de R\$ 8 bilhões a mais nas despesas. Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que possibilita o parcelamento das despesas com precatórios, o governo prevê que o espaço livre no teto de gastos no ano que vem será de R\$ 33,5 bilhões. Se a PEC for aprovada pelo Congresso, os gastos com precatórios em 2022 ficarão próximos ao volume deste ano, de R\$ 55 bilhões. Se não passar, essas despesas no ano que vem ficarão na casa de R\$ 89 bilhões.

A diferença da estimativa do governo para a folga fiscal em 2022 em relação à projeção de Borges é que o INPC estimado pela equipe econômica é mais baixo. Ontem, por exemplo, a LCA elevou a projeção para o INPC em 2021 de 7,6% para 8%, depois de o IBGE divulgar que o indicador subiu 1,02% em julho. Segundo o economista Fabio Romão, a inflação mais forte projetada para o grupo de serviços pela consultoria teve um peso importante na revisão do INPC de 2021.

A expectativa de alimentos mais pressionados também foi outra influência relevante, diz ele, citando ainda as perspectivas de aumentos maiores para bens industriais e preços administrativos. Nos cálculos de Borges para a folga do teto de R\$ 15,8 bilhões no ano que vem, ele considera que os gastos com precatórios de 2022 serão equivalentes aos valores de 2021, atualizados pela inflação. Além disso, ele levou em conta os gastos previstos para 2021 no Relatório de Avaliação de receitas e Despesas do terceiro bimestre, publicado em julho.

O encolhimento da folga no orçamento de 2022 é um dos fatores que têm levado à piora da percepção sobre o risco fiscal, num momento em que o governo indica que pretende elevar gastos com força num ano de eleições. Isso tem contribuído para a volta da pressão sobre o câmbio, um fator que dificulta a tarefa do Banco Central (BC) de combater a inflação, hoje muito distante das metas de 2021 e 2002, de 3,75% e 3,5%. **(Colaborou Fabio Graner, de Brasília)**